AUDITORIA INDEPENDENTE COMO FILTRO DE INTEGRIDADE ESG: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA SOBRE A TRANSIÇÃO PARA A ISSA 5000 E MITIGAÇÃO DO *GREENWASHING*

EDUARDA FERNANDES DE MORAES[1]
VIDIGAL FERNANDES MARTINS[2]

RESUMO

A crescente relevância das práticas ambientais, sociais e de governança (ESG) ampliou a demanda por informações corporativas transparentes e confiáveis, ao mesmo tempo em que intensificou os riscos associados ao *greenwashing*. Nesse contexto, a auditoria independente tem assumido papel estratégico na validação das divulgações de sustentabilidade e na redução da assimetria informacional entre organizações e *stakeholders*. Este estudo teve como objetivo analisar as evidências, os consensos e as lacunas da literatura científica acerca da contribuição da auditoria independente para a mitigação do *greenwashing*, com destaque para a transição normativa da ISAE 3000 para a ISSA 5000. Para tanto, foi realizada uma Revisão Sistemática da Literatura, conduzida conforme adaptação das diretrizes do protocolo PRISMA, com consultas às bases SPELL, SciELO e Google Acadêmico. Após a aplicação dos critérios de inclusão, exclusão e qualidade metodológica, foram selecionados 13 estudos para compor a síntese qualitativa. Os resultados evidenciam que a asseguração independente contribui para o fortalecimento da credibilidade das informações ESG, para a redução da assimetria informacional e para o aumento da confiança dos *stakeholders*. Entretanto, persistem desafios relacionados à subjetividade dos indicadores ESG, à natureza prospectiva das informações divulgadas, aos potenciais conflitos de interesse e à necessidade de competências multidisciplinares. Conclui-se que a ISSA 5000 representa um avanço relevante para a padronização e a confiabilidade da asseguração de sustentabilidade, embora sua efetividade dependa da adequada implementação de seus requisitos e da preservação da independência profissional.

Palavras-chave: ESG. Auditoria Independente. Asseguração de Sustentabilidade. *Greenwashing*. ISSA 5000.

[1] Bacharel em Ciências Contábeis – FACIC-UFU. E-mail: eduarda.moraes@ufu.br
[2] Professor Associado – FACIC-UFU. E-mail: vidigal@ufu.br

INDEPENDENT AUDIT AS AN ESG INTEGRITY FILTER: A SYSTEMATIC REVIEW OF THE TRANSITION TO ISSA 5000 AND GREENWASHING MITIGATION

ABSTRACT

The growing relevance of Environmental, Social, and Governance (ESG) practices has increased the demand for transparent and reliable corporate disclosures while intensifying the risks associated with greenwashing. In this context, independent auditing has assumed a strategic role in validating sustainability disclosures and reducing information asymmetry between organizations and stakeholders. This study aimed to analyze the evidence, consensus, and gaps in the scientific literature regarding the contribution of independent auditing to mitigating greenwashing, with particular emphasis on the transition from ISAE 3000 to ISSA 5000. To achieve this objective, a Systematic Literature Review was conducted following an adaptation of the PRISMA protocol guidelines, using searches in the SPELL, SciELO, and Google Scholar databases. After applying inclusion, exclusion, and methodological quality criteria, 13 studies were selected for the qualitative synthesis. The findings indicate that independent assurance contributes to enhancing the credibility of ESG information, reducing information asymmetry, and increasing stakeholder confidence. However, challenges remain regarding the subjectivity of ESG indicators, the forward-looking nature of sustainability disclosures, potential conflicts of interest, and the need for multidisciplinary expertise. The study concludes that ISSA 5000 represents a significant advancement in the standardization and reliability of sustainability assurance practices. Nevertheless, its effectiveness depends on the proper implementation of its requirements and the preservation of auditor independence.

Keywords: *ESG. Independent Auditing. Sustainability Assurance. Greenwashing. ISSA 5000.*

1. INTRODUÇÃO

A questão ambiental, social e governança (ESG), que abrange o reconhecimento, a avaliação e a divulgação dos efeitos ambientais, sociais e de governança, têm atraído considerável interesse de *stakeholders* (Guede, Brasil e García, 2023). Embora a sustentabilidade seja considerada o tema da década, a atenção formal às questões ESG consolidou-se em 2004 com o relatório *"Who Cares Wins"*, do Pacto Global da ONU.

Apesar da crescente adoção de práticas ESG pelas organizações, a ausência histórica de padrões uniformes de reporte e asseguração ampliou os riscos de divulgações enganosas, especialmente por meio do *greenwashing*. Nesse contexto, a auditoria independente passou a ocupar papel estratégico na validação das informações divulgadas e na redução da assimetria informacional entre empresas e *stakeholders* (Guede, Brasil e García, 2023; Ruiz-Blanco, Romero e Fernandez-Feijoo, 2022).

Na literatura, a auditoria independente, também conhecida como trabalho de asseguração (*assurance*), é considerada um instrumento fundamental para minimizar a assimetria informacional e diminuir os custos de agência (Cuadrado-Ballesteros et al., 2017; Guede, Brasil e García, 2023). Contudo, a questão da confiabilidade ainda é uma preocupação (De Silva Lokuwaduge e De Silva, 2022). No Brasil, as pesquisas sobre os fatores que levam ao *greenwashing* ainda estão em estágios iniciais (Peixoto, 2024). Além disso, a recente aprovação da ISSA 5000, em 2024, representa uma mudança significativa no cenário da asseguração de sustentabilidade, ao estabelecer um padrão internacional específico para auditorias ESG. Apesar de sua relevância para a credibilidade das divulgações corporativas, ainda são escassas as sínteses teóricas que analisam como essa evolução normativa pode contribuir para a mitigação do *greenwashing*.

Assim, em razão do que foi exposto, da urgência em combater práticas enganosas e da necessidade de rigor nas informações ESG, este estudo propõe o seguinte problema de pesquisa: *Quais são as principais evidências, lacunas e*

consensos teóricos apontados pela literatura científica recente sobre o papel da auditoria independente na mitigação do ESG washing?

O objetivo principal deste estudo é realizar uma revisão sistemática da literatura para analisar a produção científica sobre a função da auditoria independente nas informações ESG apresentadas pelas organizações (Guede, Brasil e García, 2023). Para atingir o objetivo central

da pesquisa, os objetivos específicos incluem: i) identificar na literatura científica de que forma o trabalho de asseguração (*assurance*) contribui para a obtenção de evidências suficientes para emitir uma opinião, o que eleva o nível de confiança e credibilidade percebido pelos usuários (Guede, Brasil e García, 2023); ii) determinar as dificuldades enfrentadas pelos auditores ao analisar os relatórios de sustentabilidade, ao levar em conta as mudanças nas normas, como a transição da ISAE 3000 para a ISSA 5000 (Guede, Brasil e García, 2023); iii) analisar o papel do auditor na detecção do risco de *greenwashing* e *greenclaims*, alinhado ao princípio da dupla materialidade; iv) sintetizar os achados teóricos sobre como a mediação por meio da asseguração ou auditoria independente reduz os desafios da assimetria informacional (Ruiz-Blanco, Romero e Fernandez-Feijoo, 2022).

A relevância teórica e empírica deste estudo é justificada pelo aumento considerável de empresas que compartilham voluntariamente informações socioambientais, o que amplia o risco de divulgação de informações enganosas associadas ao *greenwashing* (Peixoto, 2024).

A relevância teórica deste estudo decorre da necessidade de compreender como a auditoria independente contribui para a credibilidade das divulgações ESG e para a mitigação do *greenwashing*. Sob a perspectiva das Teorias da Sinalização, Agência, Legitimidade e Stakeholders, a asseguração externa pode atuar como mecanismo de redução da assimetria informacional e fortalecimento da confiança dos usuários das informações corporativas.

Na esfera prática, a auditoria independente é considerada um fator relevante para a transparência e credibilidade das divulgações ESG (Guede, Brasil e García, 2023; Del Giudice e Rigamonti, 2020). Para investidores, reguladores e demais *stakeholders*, a asseguração das informações de sustentabilidade contribui para

reduzir a assimetria informacional, fortalecer a confiança nos relatórios corporativos e mitigar riscos associados ao *greenwashing* (Sousa, Ferreira e Mario, 2022).

Além desta introdução, o trabalho apresenta o referencial teórico, os procedimentos metodológicos, a análise dos resultados obtidos por meio da revisão sistemática da literatura e as considerações finais.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Este referencial teórico fundamenta os conceitos de ESG e *greenwashing* sob a ótica das Teorias da Agência e da Sinalização, fornecendo a base necessária para a análise sistemática da produção acadêmica. Diferente de uma pesquisa empírica tradicional, este capítulo justifica a necessidade de mapear o estado da arte sobre o papel da auditoria independente, identificando como a literatura internacional e nacional tem convergido ou divergido sobre a eficácia desse mecanismo na mitigação de divulgações enganosas.

2.1 Fundamentação Teórica

As práticas de divulgação de informações ESG e a necessidade de sua auditoria são frequentemente analisadas sob duas perspectivas teóricas fundamentais: a Teoria da Agência e a Teoria da Sinalização.

2.1.1 Pressões Institucionais e Assimetria de Informação

A separação entre propriedade e controle gera assimetria informacional e cria incentivos para comportamentos oportunistas por parte dos gestores, conforme estabelecido pela Teoria da Agência. No contexto das divulgações ESG, essa assimetria torna-se ainda mais relevante, pois a informação não financeira pode ser utilizada tanto como mecanismo de redução de incertezas quanto como instrumento estratégico para construção de narrativas simbólicas dissociadas da prática organizacional (Jensen; Meckling, 1976; Lee; Kim, 2020; Guede; Brasil; García, 2023).

No contexto ESG, a assimetria informacional e a busca por legitimidade podem incentivar divulgações que não refletem integralmente o desempenho socioambiental das organizações. Nesse cenário, a auditoria independente atua como mecanismo de monitoramento e validação, reduzindo comportamentos oportunistas e fortalecendo a confiabilidade das informações divulgadas.

Em conjunto, a assimetria informacional discutida pela Teoria da Agência e as pressões por legitimidade explicam por que organizações podem ser incentivadas a divulgar informações ESG de forma estratégica. Nessa perspectiva, o *greenwashing* surge como resultado da combinação entre interesses internos, incentivos reputacionais e pressões institucionais externas, reforçando a necessidade de mecanismos capazes de validar a autenticidade das divulgações corporativas.

2.1.2 A Teoria da Sinalização e a Credibilidade ESG

Entre as abordagens teóricas utilizadas para compreender a divulgação ESG, a Teoria da Sinalização destaca-se por explicar como as organizações utilizam informações voluntárias para transmitir sinais ao mercado e aos *stakeholders*.

A Teoria da Sinalização explica a divulgação voluntária de informações ESG como tentativa das empresas de se diferenciarem no mercado. Entretanto, em contextos de baixa verificabilidade e ausência de padrões consolidados, esses sinais podem perder sua função informativa e assumir caráter meramente simbólico, reduzindo sua credibilidade e abrindo espaço para práticas de *greenwashing* (Connelly et al., 2010; Watson; Shrives; Marston, 2002; Ruiz-Blanco; Romero; Fernandez-Feijoo, 2022). Assim, a auditoria independente reforça a credibilidade dos sinais ESG ao aumentar a confiança dos *stakeholders* nas informações divulgadas pelas organizações.

Dessa forma, a credibilidade dos sinais ESG depende da existência de mecanismos externos de verificação, reforçando o papel central da auditoria independente neste estudo.

2.1.3 A perspectiva dos *Stakeholders* e as Divulgações ESG

A Teoria dos *Stakeholders* amplia essa análise ao demonstrar que a divulgação ESG afeta um conjunto diverso de partes interessadas, cujas expectativas podem incentivar tanto práticas substanciais quanto estratégias simbólicas de sustentabilidade, especialmente quando a verificação externa é limitada (Hong; Kostovetsky, 2012; Li et al., 2018; Uyar; Karaman; Kilic, 2020). A divulgação de informações ESG é vista como importante porque fortalece a conexão entre a empresa e seus diversos *stakeholders* (Hong e Kostovetsky, 2012; Li et al., 2018). Companhias com baixo desempenho em RSC tendem a recorrer ao *greenwashing* na tentativa de alterar a percepção dos *stakeholders* sobre sua real performance, de maneira a ludibriar o julgamento do mercado (Clarkson et al., 2008; Uyar, Karaman e Kilic, 2020). A mediação por meio da RSC tem como objetivo reduzir a disparidade de informações, pois seu conteúdo está diretamente ligado aos direitos dos acionistas e partes interessadas.

A perspectiva dos *stakeholders* reforça que a credibilidade das informações ESG depende da confiança depositada pelos diferentes grupos interessados. Nesse contexto, a auditoria independente contribui para aumentar a transparência, a verificabilidade e a legitimidade dos relatórios de sustentabilidade.

2.2 Conceitos Fundamentais: ESG, Reporte e *Greenwashing*

2.2.1 Environmental, Social and Governance (ESG)

Embora o conceito ESG tenha se consolidado como referência para decisões de investimento de longo prazo, a ausência de padronização global na sua divulgação compromete a comparabilidade e a confiabilidade das informações, criando um ambiente propício à adoção de práticas oportunistas e à ampliação do risco de *greenwashing* (Yu; Luu; Chen, 2020; Venturelli et al., 2024).

O relatório de sustentabilidade, que reúne dados econômico-financeiros, sociais, ambientais e de desempenho (Régio, Alencar e Oliveira, 2022), é geralmente elaborado de maneira voluntária e apresenta falta de padronização, o que possibilita a autonomia decisória (Silva et al., 2021). A *Global Reporting Initiative* (GRI) oferece diretrizes para esse tipo de relatório em todo o mundo, e é o padrão mais utilizado

(Luo e Tang, 2022). A ausência de normas de publicação e de uma entidade global de supervisão facilita a liberdade das empresas praticarem *greenwashing* (Yu, Luu e Chen, 2020).

Essa fragilidade estrutural do reporte ESG reforça a importância da auditoria independente como instrumento de validação das informações analisadas neste trabalho.

2.2.2 A Ambição Empresarial e o *Greenwashing*

Embora a literatura convirja quanto à definição de *greenwashing* como discrepância entre discurso e prática, persistem divergências quanto à sua mensuração e detecção, especialmente em ambientes regulatórios pouco consolidados, o que dificulta a identificação sistemática de práticas enganosas nas divulgações ESG (Ruiz-Blanco; Romero; Fernandez-Feijoo, 2022; Peixoto, 2024).

As razões para a ocorrência do fenômeno em questão envolvem a procura por aceitabilidade (Peixoto, 2024), a necessidade de ocultar comportamentos oportunistas em benefício próprio (Peng e Isa, 2020), ou a comunicação estratégica para compensar lacunas em ESG (Champagne, Coggins e Sodjahin, 2021). A ausência de uma regulamentação precisa e a liberdade na divulgação de informações não financeiras aumentam o perigo dessa atividade (Bertão, 2022). No Brasil, o risco de *greenwashing* é alto, em razão da falta de estudos sobre o assunto e da falta de fiscalização global (Yu, Luu e Chen, 2020). Isso destaca a importância de rigor e clareza nas informações apresentadas.

Embora o termo *greenwashing* tenha surgido com uma conotação predominantemente ambiental, a literatura contemporânea expandiu o conceito para o âmbito do *ESG washing*, categorizando as práticas enganosas conforme o pilar de sustentabilidade afetado (GONDAK; FRANCISCO, 2024). O *ESG washing* compreende diferentes formas de discrepância entre discurso e prática organizacional nos pilares ambiental, social e de governança. Independentemente da dimensão envolvida, o fenômeno decorre da divulgação de informações que não representam

adequadamente o desempenho real da organização, comprometendo a transparência e a confiança dos *stakeholders*.

A identificação dessas práticas reforça a importância da auditoria independente como mecanismo de validação das divulgações ESG e de mitigação dos riscos associados ao *greenwashing* (Gondak e Francisco, 2024; Alves, 2024).

Embora o conceito de *greenwashing* esteja amplamente consolidado na literatura, ainda persistem desafios relevantes quanto à sua mensuração empírica e identificação sistemática, sobretudo em contextos caracterizados por baixa padronização das divulgações ESG. Ademais, nota-se escassez de estudos que investiguem de forma integrada a relação entre divulgação ESG, *greenwashing* e mecanismos formais de asseguração.

2.3 O Papel Estratégico da Auditoria na Mitigação do Risco

A auditoria independente *(assurance)* é um instrumento essencial para o acompanhamento e a redução da assimetria informacional (Guede, Brasil e García, 2023).

2.3.1 Credibilidade, Transparência e Normas de Asseguração

Ao desempenhar o papel de intermediário informacional (Lopes e Martins, 2017), o auditor confirma a credibilidade das informações divulgadas (Guede, Brasil e García, 2023). Embora a asseguração seja associada ao aumento da credibilidade dos relatórios de sustentabilidade, sua efetividade depende da profundidade do trabalho realizado, do nível de asseguração adotado e da independência do auditor, fatores que relativizam seu impacto na mitigação do *greenwashing* (Del Giudice; Rigamonti, 2020; Tsang; Frost; Cao, 2022; Basyouni, 2025). O auditor procura reunir evidências suficientes para formar uma opinião sobre o conteúdo, o que visa elevar o nível de confiança percebido pelos usuários (Conselho Federal de Contabilidade, 2015).

Embora a asseguração independente seja associada ao aumento da credibilidade dos relatórios ESG, sua efetividade depende da qualidade dos procedimentos executados e da independência dos profissionais envolvidos.

2.3.2 Desafios da Auditoria de Sustentabilidade e o *Greenwashing*

A auditoria de ESG enfrenta desafios devido à falta de padronização nos relatórios (Yu, Luu e Chen, 2020) e ao caráter voluntário desses documentos (Tsang, Frost e Cao, 2022).

A auditoria se depara com a falta de consistência entre os padrões (GRI, SASB, TCFD), o que torna mais difícil a verificação das afirmações ESG. Além disso, os auditores não possuem habilidades especializadas em questões ambientais, sociais e de governança, e podem ocorrer conflitos de interesse ao oferecerem consultoria ESG para as empresas que estão sob processo de auditoria (Basyouni, 2025).

Para Basyouni 2025, a fim de combater o *greenwashing*, deve-se realizar auditorias obrigatórias e padronizadas. É dever do auditor conferir as informações e garantir a consistência entre a regulamentação e o reporte. A identificação do risco de tais estratégias de fachada, deve ser feita por meio de procedimentos de auditoria e verificação sólidos para alegações ambientais enganosas *(greenclaims)* (Alves, 2024).

Diante do avanço normativo e do aumento da relevância das informações ESG para investidores e demais *stakeholders*, permanece uma lacuna na consolidação do conhecimento sobre a efetividade prática da auditoria independente na redução do *greenwashing*. Existe a necessidade de uma síntese sistemática que reúna e compare as evidências disponíveis sobre se a asseguração independente contribui para o alinhamento entre discurso e prática nas divulgações ESG, o que fundamenta a realização desta revisão.

2.3.3 A Complexidade da Informação Prospectiva e Estimativas

Um dos principais obstáculos na auditoria de sustentabilidade está na natureza prospectiva (*forward-looking*) de muitas das informações apresentadas, o que a

diferencia significativamente da auditoria financeira, que geralmente se baseia em relatos históricos do que já aconteceu. Ao passo que as demonstrações financeiras analisam o passado, as normas de sustentabilidade demandam que as organizações apresentem metas, objetivos, políticas e ações futuras (metas, planos de capex e opex) para a realização desses objetivos. Conforme relatado por um dos auditores entrevistados por Alves (2024), a auditoria de sustentabilidade diferencia-se da auditoria financeira justamente por exigir a avaliação de metas, objetivos e planos voltados ao futuro (Alves, 2024).

Dois fatores principais aumentam consideravelmente a complexidade da verificação para o auditor:

I. Natureza Prospectiva: A informação ESG é predominantemente orientada para o futuro e fundamentada em estimativas (Alves, 2024). Segundo Alves (2024), os profissionais entrevistados destacam que a auditoria de estimativas apresenta desafios significativamente maiores do que a verificação de eventos já ocorridos e passíveis de comprovação objetiva.

II. Julgamento e Risco: A elevada presença de estimativas e a natureza prospectiva requerem um julgamento profissional sólido e bem embasado (Alves, 2024).

Conforme Alves (2024), a predominância de informações prospectivas torna a auditoria de sustentabilidade mais complexa do que a auditoria financeira tradicional. A avaliação de metas, estimativas e planos de transição exige elevado julgamento profissional, bem como a análise da coerência entre estratégias ESG, investimentos futuros e seus potenciais impactos financeiros.

2.3.4 Evolução Normativa: ISAE 3000, ISSA 5000 e Dupla Materialidade

A aprovação da ISSA 5000 em 2024 consolidou um padrão internacional específico para a asseguração de informações de sustentabilidade, ampliando os requisitos aplicáveis à auditoria ESG e fortalecendo a credibilidade das divulgações corporativas (Alves, 2024).

A alteração da ISAE 3000 para a ISSA 5000 representa um desafio técnico e operacional significativo, uma vez que a nova norma exige que os auditores disponham de formação técnica profunda, competência e experiência relevante em matéria de sustentabilidade. Ademais, a complexidade inerente aos fatores ESG demanda o fortalecimento de equipes multidisciplinares para assegurar a confiabilidade técnica e a integridade dos novos reportes obrigatórios (Alves, 2024; Basyouni, 2025).

Com as normas ESRS, o conceito de Dupla Materialidade torna-se o pilar fundamental desse processo. A abordagem de *Double Materiality* resulta da combinação da materialidade de impacto (*inside-out*) e da materialidade financeira (*outside-in*). Para o auditor, esse conceito adiciona complexidade ao trabalho, pois demanda a verificação de se a entidade estabeleceu um processo de análise bidirecional em conformidade com as exigências normativas, garantindo que as alegações ambientais (*greenclaims*) estejam suportadas por evidências e não sejam enganosas (Alves, 2024).

3. ASPECTOS METODOLÓGICOS

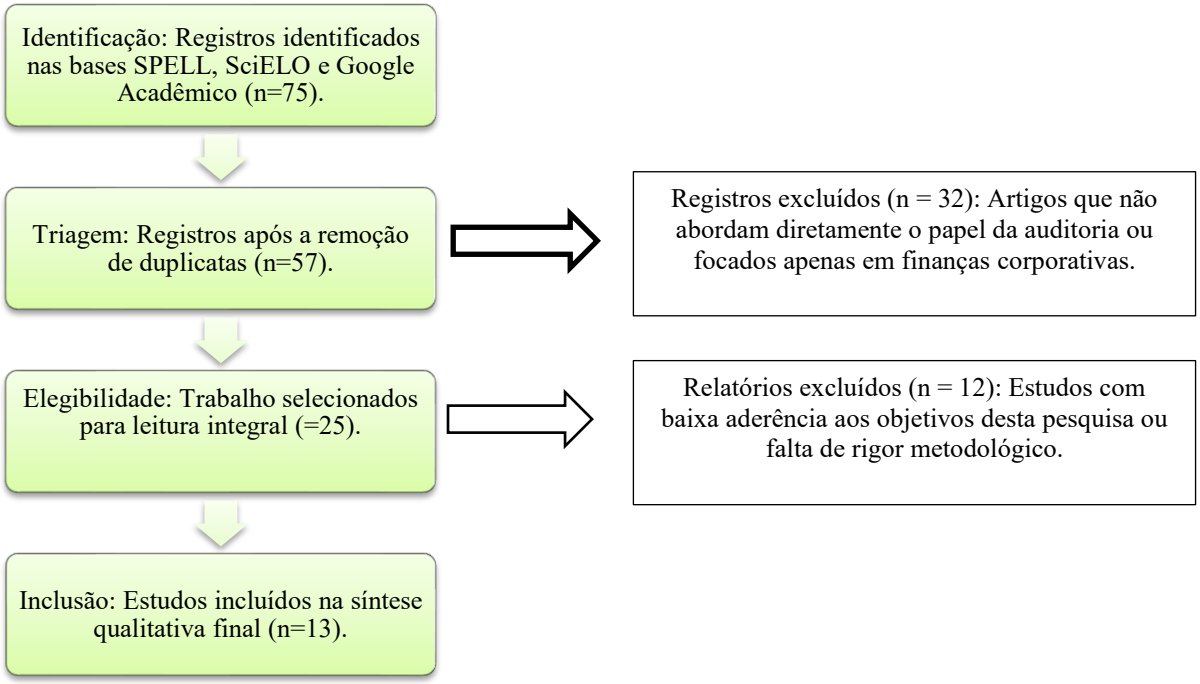
Esta pesquisa caracteriza-se como qualitativa e descritiva, desenvolvida por meio de Revisão Sistemática da Literatura (RSL). O método foi adotado com o objetivo de identificar, sintetizar e analisar as evidências científicas relacionadas ao papel da auditoria independente na mitigação do *greenwashing* e na credibilidade das divulgações ESG.

O procedimento técnico adotado é a Revisão Sistemática da Literatura (RSL). Diferente de uma revisão narrativa comum, a RSL utiliza um protocolo estruturado e sistematizado para a localização, avaliação e síntese da produção acadêmica. Esta escolha garante o rigor metodológico e a transparência do processo, ao criar uma "trilha de auditoria" que permite a conferência das decisões tomadas pela pesquisadora em cada etapa.

A condução da RSL seguiu as fases de planejamento, execução e análise, pautada na adaptação das diretrizes do protocolo PRISMA (*Preferred Reporting Items for*

Systematic Reviews and Meta-Analyses), de modo a conferir credibilidade e replicabilidade aos resultados.

(Figura 1 - Fluxograma de seleção de artigos (PRISMA))



(Fonte 1 - Elaborado pelos autores com auxílio de IA, 2026)

Após a definição do *corpus* final de 13 estudos, os dados foram organizados em categorias temáticas para análise. Este processo permitiu a síntese das principais evidências sobre os desafios do auditor na era ESG, conectando os achados bibliográficos aos objetivos específicos delineados nesta pesquisa. Dessa forma, a análise não se limitou a uma descrição passiva, mas buscou confrontar as perspectivas dos autores para identificar lacunas e consensos sobre a eficácia da auditoria no combate ao *greenwashing*.

A coleta de dados realizou-se por meio de consultas a bases de dados de relevância científica reconhecida, com foco em periódicos das áreas de Gestão e Contabilidade: *SPELL (Scientific Periodicals Electronic Library)*, *Scielo (Scientific Electronic Library Online)* e buscas complementares no Google Acadêmico para a identificação de teses e dissertações de alto impacto.

Para a recuperação dos documentos, utilizou-se a combinação de descritores e palavras-chave com o auxílio de operadores booleanos (*AND* e *OR*), conforme a estrutura abaixo:

- Termos em português: ("Auditoria Independente" *OR* "Asseguração") *AND* ("ESG" OR "Sustentabilidade") *AND ("Greenwashing" OR "ESG Washing").*
- Termos em Inglês: *("Independent Audit" OR "Assurance") AND ("ESG") AND ("Greenwashing").*

Para garantir a atualidade e a pertinência do *corpus* da pesquisa, estabeleceram-se os seguintes filtros de seleção:

I. Temporalidade: Trabalhos publicados no período compreendido entre 2021 e 2026, recorte que abrange a consolidação das normas globais de asseguração ESG.
II. Tipo de Publicação: Artigos completos em periódicos com revisão por pares e trabalhos de conclusão de pós-graduação (*stricto sensu*).
III. Idioma: Publicações redigidas nos idiomas português e inglês.
IV. Aderência Temática: Seleção exclusiva de estudos que abordam a função da auditoria externa ou asseguração independente na verificação de relatórios de sustentabilidade ou combate ao *greenwashing*.

Além dos critérios de inclusão e exclusão, foi realizada uma avaliação da qualidade dos estudos selecionados. Foram priorizados artigos publicados em periódicos científicos com processo de revisão por pares, bem como dissertações e teses provenientes de instituições reconhecidas. Também foram considerados aspectos como aderência ao tema, rigor metodológico, relevância para os objetivos da pesquisa e impacto acadêmico das publicações. Esse procedimento buscou assegurar a confiabilidade das evidências incorporadas à revisão sistemática.

Para o tratamento e interpretação das informações coletadas, aplicou-se a técnica de Análise de Conteúdo Temática. O material selecionado passou por um processo de categorização analítica, organizado em torno dos pilares que fundamentam o problema de pesquisa: a detecção do risco de fraude nas divulgações ESG, os desafios normativos dos auditores e o impacto da asseguração na redução da assimetria informacional. A síntese final permitiu o confronto de diferentes

perspectivas teóricas e a consolidação dos achados que respondem aos objetivos propostos nesta monografia.

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4.1 Caracterização dos Estudos Selecionados

Após a aplicação dos critérios de inclusão, exclusão e qualidade metodológica, foram selecionados 13 estudos para compor a síntese qualitativa desta Revisão Sistemática da Literatura. A tabela 1 apresenta uma visão geral dos trabalhos analisados, destacando autores, objetivos, métodos empregados e principais contribuições para a compreensão do papel da auditoria independente na credibilidade das informações ESG e na mitigação do *greenwashing*.

Tabela 1 – Síntese dos Estudos Selecionados

Autor(es)	Ano	Objetivo do Estudo	Método	Principais Achados
Guede, Brasil e Garcia	2023	Investigar a relação entre auditoria independente e divulgação ESG	Revisão Bibliográfica	A auditoria aumenta a credibilidade das informações ESG e reduz a assimetria informacional
Ruiz-Blanco, Romero e Fernandez-Feijoo	2022	Identificar fatores associados ao *greenwashing*	Estudo Empírico	Empresas podem utilizar divulgações ESG para criar legitimidade sem mudanças substanciais
Uyar, Karaman e Kilic	2020	Avaliar se relatórios de RSC funcionam como sinalização ou *greenwashing*	Estudo Empírico	A divulgação ESG pode ser utilizada tanto para sinalização legítima quanto para práticas enganosas
Del Giudice e Rigamonti	2020	Verificar impacto da auditoria nos escores ESG	Estudo Quantitativo	A auditoria melhora a qualidade dos indicadores ESG
Cuadrado-Ballesteros et al.	2017	Analisar o papel da auditoria na asseguração da assimetria informacional	Estudo Empírico	A asseguração fortalece a confiança dos stakeholder
Tsang, Frost e Cao	2022	Revisar a literatura sobre divulgação ESG	Revisão de Literatura	Persistem desafios de padronização e comparabilidade
Xiao e Shailer	2022	Investigar fatores que influenciam a credibilidade dos relatórios ESG	Pesquisa Empírica	A presença de asseguração externa aumenta a confiança dos usuários

De Silva Lokuwaduge e de Silva	2022	Examinar riscos de *greenwashing* em divulgações ESG	Estudo Teórico	Falhas de reporte ampliam o risco de informações enganosa
Venturelli et al.	2024	Avaliar *ESG washing* e exposição reputacional	Estudo Internacional	*ESG washing* afeta a reputação organizacional
Peixoto	2024	Identificar fatores determinantes do *greenwashing* no Brasil	Dissertação	O tema ainda apresenta baixa maturidade na literatura nacional
Alves	2024	Investigar desafios da auditoria de sustentabilidade	Dissertação	Destaca a complexidade da auditoria prospectiva e a chegada da ISSA 5000
Basyouni	2025	Discutir o papel dos auditores na integridade ESG	*Working Paper*	Defende auditorias ESG obrigatórias e padronizadas
Bekmurzaeva	2023	Analisar ESG como fator de negócio	Estudo Teórico	ESG influencia valor e reputação corporativa

Fonte: Elaborada pelos autores com auxílio de IA, 2026

A tabela 1 apresenta uma síntese dos treze estudos selecionados para esta revisão sistemática. Observa-se predominância de pesquisas voltadas à relação entre auditoria, divulgação ESG e redução da assimetria informacional. Também se verifica crescente preocupação da literatura com os riscos de *greenwashing* e com os desafios decorrentes da evolução normativa da asseguração de sustentabilidade, especialmente após a aprovação da ISSA 5000 em 2024. Os estudos convergem ao reconhecer a auditoria independente como mecanismo relevante para o aumento da credibilidade das informações ESG, embora persistam divergências quanto à sua efetividade na identificação e mitigação de práticas enganosas

4.2 Auditoria Independente como Mecanismo de Credibilidade ESG

A análise dos estudos selecionados evidencia consenso quanto à relevância da auditoria independente para o fortalecimento da credibilidade das divulgações ESG. A asseguração externa reduz a assimetria informacional entre empresas e *stakeholders* (Guede, Brasil e García, 2023; Cuadrado-Ballesteros, Martínez-Ferrero e García-Sánchez, 2017), além de contribuir para a melhoria da qualidade dos indicadores ESG e para o aumento da confiança dos usuários nas informações divulgadas (Del Giudice e Rigamonti, 2020; Xiao e Shailer, 2022).

Além da redução da assimetria informacional, a auditoria independente desempenha papel relevante na mitigação dos riscos associados ao *greenwashing*.

Conforme destacado por De Silva Lokuwaduge e De Silva (2022), a ausência de mecanismos robustos de verificação favorece a divulgação de informações incompletas ou potencialmente enganosas sobre desempenho ambiental, social e de governança. Nesse cenário, a atuação do auditor contribui para fortalecer a integridade das informações divulgadas, reduzindo a probabilidade de distorções que possam induzir investidores e demais usuários a avaliações equivocadas.

Observa-se, contudo, que a literatura não apresenta consenso absoluto quanto à capacidade da auditoria de eliminar integralmente práticas de *greenwashing*. Alguns autores argumentam que limitações relacionadas à subjetividade de determinados indicadores ESG e à ausência histórica de padrões globais uniformes dificultam a verificação completa da autenticidade das informações divulgadas. Ainda assim, os estudos convergem ao reconhecer que a asseguração independente constitui um dos instrumentos mais relevantes para aumentar a confiabilidade dos relatórios ESG e fortalecer a transparência corporativa.

Dessa forma, os resultados desta revisão sistemática indicam que a auditoria independente exerce função estratégica no ecossistema ESG ao reforçar a credibilidade dos sinais transmitidos pelas organizações, reduzir a assimetria informacional e contribuir para a proteção dos *stakeholders* contra divulgações potencialmente enganosas.

4.3 Limitações e Desafios na Identificação do *Greenwashing*

Embora a literatura reconheça a importância da auditoria independente para o fortalecimento da credibilidade das divulgações ESG, os estudos analisados demonstram que a identificação do *greenwashing* permanece como um dos maiores desafios enfrentados pelos auditores. Diferentemente das demonstrações financeiras tradicionais, grande parte das informações ESG possui caráter qualitativo, subjetivo e, em muitos casos, prospectivo, dificultando a obtenção de evidências suficientes e apropriadas para a emissão de conclusões robustas.

Os estudos de Ruiz-Blanco, Romero e Fernandez-Feijoo (2022) e De Silva Lokuwaduge e De Silva (2022) indicam que o *greenwashing* pode manifestar-se por

meio de divulgações seletivas, omissão de informações relevantes e utilização de narrativas excessivamente positivas que não refletem a realidade operacional das organizações. Nesses casos, a dificuldade não reside apenas na verificação dos dados divulgados, mas também na avaliação da coerência entre o discurso corporativo e as práticas efetivamente implementadas.

Outro aspecto recorrente na literatura refere-se aos conflitos de interesse associados à prestação simultânea de serviços de auditoria e consultoria ESG. Embora tais serviços possam contribuir para o desenvolvimento das práticas de sustentabilidade das organizações, parte dos estudos aponta que essa acumulação de funções pode gerar questionamentos sobre a independência do auditor e comprometer a percepção de imparcialidade do processo de asseguração.

Dessa forma, os resultados da revisão demonstram que a efetividade da auditoria na mitigação do *greenwashing* depende não apenas da competência técnica dos profissionais envolvidos, mas também da existência de padrões normativos consistentes e mecanismos capazes de preservar a independência e a objetividade do processo de asseguração.

4.4 A ISSA 5000 como Divisor de Águas para a Auditoria de Sustentabilidade

A evolução normativa da asseguração de sustentabilidade pode ser observada a partir da transição da ISAE 3000 para a ISSA 5000. A tabela 2 apresenta uma comparação entre as principais características das duas normas, evidenciando as mudanças introduzidas pelo novo padrão internacional de auditoria de sustentabilidade.

Tabela 2: ISAE 3000 X ISSA 5000

Aspecto	ISAE 3000	ISSA 5000
Avaliação de riscos	Voltada principalmente para riscos associados à informação assegurada	Amplia a análise para riscos relacionados à sustentabilidade e às divulgações ESG
Combate ao *greenwashing*	Possibilidade de aplicação indireta	Estrutura desenvolvida para fortalecer a confiabilidade dos relatórios ESG e reduzir riscos de *greenwashing*

Competências exigidas	Conhecimentos gerais de asseguração	Conhecimentos multidisciplinares em ESG, clima, governança e impactos socioambientais
Escopo	Diversos tipos de informações não financeiras	Informações ambientais, sociais e de governança (ESG)
Impacto esperado	Padronização geral da asseguração	Maior credibilidade, comparabilidade e transparência das divulgações ESG
Materialidade	Abordagem tradicional de materialidade	Compatível com a crescente adoção da dupla materialidade
Nível de especialização	Genérico	Específico para sustentabilidade
Objetivo	Norma geral para trabalhos de asseguração de informações não financeiras	Norma específica para asseguração de informações de sustentabilidade
Publicação	Aplicada internacionalmente antes da consolidação dos relatórios ESG	Aprovada em 2024 pelo IAASB

Fonte: Elaborada pelos autores com auxílio de IA, 2026

Sob a perspectiva da Teoria da Sinalização, a ISSA 5000 fortalece a credibilidade dos sinais ESG transmitidos pelas organizações ao mercado, reduzindo a possibilidade de que informações não verificadas sejam interpretadas como evidências legítimas de desempenho sustentável.

Entre os estudos analisados, a evolução normativa da asseguração de sustentabilidade emerge como um dos temas mais relevantes para o futuro da profissão. Nesse contexto, a aprovação da *International Standard on Sustainability Assurance 5000* (ISSA 5000), em 2024, representa um marco na auditoria das informações ESG ao estabelecer um padrão internacional específico para trabalhos de asseguração relacionados à sustentabilidade.

Conforme destacado por Alves (2024) e Basyouni (2025), a ISSA 5000 amplia significativamente as exigências aplicáveis aos auditores, demandando conhecimentos multidisciplinares, compreensão aprofundada dos indicadores ESG e capacidade de avaliação de impactos que extrapolam os limites tradicionais da informação financeira. Além disso, a nova norma busca aumentar a comparabilidade, a consistência e a confiabilidade dos relatórios de sustentabilidade.

Apesar dos avanços promovidos pela ISSA 5000, a literatura sugere que a implementação efetiva desses requisitos representa um desafio significativo para as firmas de auditoria. Diferentemente da auditoria financeira tradicional, a asseguração de sustentabilidade demanda conhecimentos que extrapolam a formação contábil, abrangendo temas relacionados às mudanças climáticas, biodiversidade, direitos humanos, governança corporativa e gestão de riscos socioambientais. Nesse contexto, torna-se necessária a formação de equipes multidisciplinares capazes de integrar diferentes áreas de conhecimento ao processo de asseguração. Além disso, a crescente oferta de serviços de consultoria ESG pelas próprias firmas de auditoria tem suscitado debates acerca da preservação da independência profissional, elemento fundamental para a credibilidade dos trabalhos de asseguração.

Os achados desta revisão indicam que a ISSA 5000 possui potencial para reduzir as lacunas que historicamente favoreceram práticas de *greenwashing*, fortalecendo a credibilidade das divulgações ESG e ampliando a confiança dos stakeholders nas informações apresentadas pelas organizações. Por esse motivo, a literatura recente tem tratado a nova norma como um possível divisor de águas para a auditoria de sustentabilidade em âmbito global.

4.5 Natureza Prospectiva das Informações ESG

Um dos principais desafios identificados nos estudos selecionados refere-se à natureza prospectiva das informações ESG. Diferentemente da auditoria financeira tradicional, que se concentra majoritariamente em eventos passados, a auditoria de sustentabilidade exige a avaliação de metas, compromissos e projeções futuras. A tabela 3 apresenta uma comparação entre essas duas modalidades de auditoria.

Quadro 3: desafios de auditar o passado (financeiro) vs. o futuro (metas ESG)

Aspecto	Auditoria Financeira Tradicional	Auditoria de Informações ESG
Foco temporal	Eventos e transações já ocorridos	Metas, compromissos e projeções futuras
Objeto de verificação	Demonstrações financeiras	Indicadores ambientais, sociais e de governança

Tipo de evidência	Predominantemente documental e objetiva	Combinação de evidências quantitativas e qualitativas
Grau de subjetividade	Menor	Maior
Uso de estimativas	Limitado a determinadas contas contábeis	Presente em grande parte dos indicadores ESG
Nível de incerteza	Relativamente reduzido	Elevado devido às projeções futuras
Conhecimentos exigidos	Contabilidade, auditoria e finanças	Contabilidade, auditoria, sustentabilidade, clima, governança e gestão de riscos
Julgamento profissional	Relevante	Intensamente requerido
Principais desafios	Identificação de distorções e fraudes contábeis	Verificação da viabilidade das metas ESG e mitigação do *greenwashing*
Impacto da asseguração	Credibilidade das demonstrações financeiras	Credibilidade dos compromissos e divulgações ESG

Fonte: Elaborado pelos autores com auxílio de IA, 2026

Segundo Alves (2024), essa característica exige dos auditores níveis mais elevados de julgamento profissional, uma vez que aspectos como planos de descarbonização, metas de redução de emissões e estratégias de transição sustentável dependem de premissas e estimativas sujeitas a elevado grau de incerteza. Consequentemente, a obtenção de evidências torna-se mais complexa quando comparada aos procedimentos tradicionalmente utilizados na auditoria financeira.

Os estudos analisados convergem ao indicar que a crescente utilização de informações prospectivas amplia a necessidade de capacitação técnica dos profissionais envolvidos, bem como o desenvolvimento de metodologias capazes de avaliar a razoabilidade das premissas utilizadas pelas organizações. Nesse cenário, a evolução normativa promovida pela ISSA 5000 assume papel fundamental ao fornecer diretrizes mais específicas para a condução desses trabalhos.

4.6 Dupla Materialidade e Ampliação do Escopo da Auditoria

Outro aspecto amplamente discutido na literatura recente refere-se à incorporação do conceito de dupla materialidade aos processos de divulgação e asseguração das informações ESG. Tradicionalmente, a auditoria concentrou-se na identificação de riscos capazes de afetar a posição financeira e o desempenho

econômico das organizações. Entretanto, a evolução dos padrões internacionais de sustentabilidade passou a exigir uma perspectiva mais ampla.

A dupla materialidade combina duas dimensões complementares: a materialidade financeira, relacionada aos impactos dos fatores ESG sobre a organização, e a materialidade de impacto, associada aos efeitos que as atividades da organização produzem sobre a sociedade e o meio ambiente. Como consequência, o auditor deixa de analisar exclusivamente os riscos financeiros para considerar também os impactos gerados pela própria empresa.

Os resultados da revisão demonstram que essa mudança amplia significativamente o escopo da atuação profissional. Além de avaliar a consistência dos dados divulgados, os auditores passam a examinar a qualidade dos processos utilizados para identificar, mensurar e comunicar impactos socioambientais relevantes.

Nesse contexto, a dupla materialidade fortalece o papel da auditoria como mecanismo de transparência e *accountability*, contribuindo para que as divulgações ESG reflitam de forma mais fiel os impactos efetivamente produzidos pelas organizações.

Além da compreensão conceitual da dupla materialidade, os estudos analisados sugerem que um dos maiores desafios da auditoria consiste em verificar a adequação do próprio processo utilizado pela organização para determinar quais temas são considerados materiais. Nesse contexto, o auditor não se limita à conferência dos indicadores divulgados, mas também avalia os critérios adotados para identificação dos *stakeholders* relevantes, os mecanismos de priorização dos impactos socioambientais e a consistência entre os riscos identificados e as informações efetivamente reportadas. Essa etapa torna-se particularmente sensível porque eventuais omissões de temas materiais podem comprometer toda a confiabilidade do relatório ESG, mesmo quando os dados divulgados são tecnicamente corretos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos estudos selecionados permite concluir que a auditoria independente desempenha papel relevante na promoção da credibilidade das informações ESG e na mitigação dos riscos associados ao *greenwashing*. Os resultados evidenciam convergência na literatura quanto à capacidade da asseguração independente de reduzir a assimetria informacional entre organizações e *stakeholders*, aumentando a confiabilidade dos relatórios de sustentabilidade e fortalecendo a transparência corporativa. Entre os principais achados identificados destaca-se a crescente importância da ISSA 5000 para a evolução da auditoria de sustentabilidade. A nova norma representa um marco relevante ao estabelecer diretrizes específicas para trabalhos de asseguração ESG, contribuindo para ampliar a comparabilidade, a consistência e a credibilidade das divulgações de sustentabilidade. Os estudos analisados também indicam que a ISSA 5000 tende a fortalecer o papel da auditoria na prevenção de práticas enganosas de divulgação, reduzindo lacunas historicamente associadas à ausência de padrões internacionais específicos para a área.

A revisão também evidenciou que a natureza prospectiva das informações ESG constitui um dos principais desafios enfrentados pelos auditores. Diferentemente da auditoria financeira tradicional, baseada predominantemente na verificação de eventos passados, a auditoria de sustentabilidade frequentemente envolve a avaliação de metas, compromissos e projeções futuras. Nesse contexto, a obtenção de evidências suficientes e apropriadas torna-se mais complexa, exigindo elevados níveis de julgamento profissional e metodologias capazes de avaliar a razoabilidade das premissas utilizadas pelas organizações.

Outro aspecto relevante identificado refere-se à incorporação da dupla materialidade nos processos de divulgação e asseguração ESG. A ampliação do conceito tradicional de materialidade exige que os auditores considerem não apenas os impactos dos fatores ESG sobre a organização, mas também os impactos da própria organização sobre a sociedade e o meio ambiente. Essa mudança amplia

significativamente o escopo da auditoria e reforça sua função como instrumento de transparência, *accountability* e proteção dos *stakeholders*.

Apesar dos avanços observados, os estudos analisados indicam que a auditoria independente, isoladamente, não é capaz de eliminar integralmente o risco de *greenwashing*. Persistem desafios relacionados à subjetividade de determinados indicadores ESG, à existência de informações qualitativas de difícil verificação e aos potenciais conflitos de interesse decorrentes da prestação simultânea de serviços de consultoria e auditoria em sustentabilidade.

Dessa forma, a efetividade da asseguração depende não apenas da existência de padrões normativos adequados, mas também da competência técnica dos profissionais envolvidos e da preservação da independência do auditor.

Do ponto de vista teórico, os resultados reforçam os pressupostos das Teorias da Sinalização, da Legitimidade e dos Stakeholders, demonstrando que a auditoria independente contribui para diferenciar divulgações ESG consistentes de práticas associadas ao *greenwashing.*

Sob a perspectiva prática, os achados indicam que a efetividade da asseguração ESG depende não apenas da evolução normativa representada pela ISSA 5000, mas também da capacidade das firmas de auditoria em desenvolver competências multidisciplinares e procedimentos adequados para avaliar a dupla materialidade e as informações prospectivas.

Como limitações da pesquisa, destaca-se a utilização exclusiva de evidências secundárias obtidas por meio da revisão sistemática da literatura, sem a realização de coleta de dados primários junto a auditores, empresas ou investidores. Dessa forma, as conclusões apresentadas refletem a produção científica analisada, não contemplando percepções diretas dos profissionais envolvidos nos trabalhos de asseguração ESG.

Adicionalmente, parte significativa da literatura relacionada à ISSA 5000 ainda se encontra em estágio inicial de desenvolvimento, em razão da recente aprovação da norma. Consequentemente, ainda são limitadas as evidências empíricas disponíveis sobre seus efeitos práticos e sobre sua efetividade na mitigação do *greenwashing*. Também se reconhece que o recorte temporal adotado privilegiou

estudos recentes, podendo não contemplar integralmente contribuições anteriores relevantes para a formação do atual debate sobre auditoria de sustentabilidade e asseguração das informações ESG.

Com base nas lacunas identificadas, recomenda-se que pesquisas futuras investiguem a aplicação prática da ISSA 5000 em diferentes contextos organizacionais, especialmente por meio de estudos empíricos envolvendo auditores, firmas de asseguração e usuários das informações ESG. Tais estudos poderão contribuir para avaliar como os requisitos da nova norma estão sendo operacionalizados e quais desafios têm sido enfrentados na prática profissional.

Também se mostram promissoras investigações relacionadas à auditoria de informações prospectivas, especialmente no que se refere à verificação de metas de sustentabilidade, planos de descarbonização e compromissos de longo prazo assumidos pelas organizações. Além disso, pesquisas voltadas à asseguração de informações associadas ao Escopo 3 e aos impactos indiretos das atividades empresariais podem contribuir para o avanço do conhecimento sobre os mecanismos de prevenção ao *greenwashing*.

Por fim, recomenda-se o aprofundamento de estudos sobre os potenciais impactos da prestação simultânea de serviços de consultoria e auditoria ESG na independência profissional, bem como sobre a efetividade da asseguração independente como instrumento de fortalecimento da credibilidade das divulgações de sustentabilidade e de proteção dos *stakeholders*.

REFERÊNCIAS

ALVES, Pedro Bruno Azevedo Ferreira. **Os desafios dos auditores na revisão de relatórios de sustentabilidade**. 2024. Dissertação (Mestrado em Auditoria) – Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto, Porto, 2024.

BASYOUNI, Asma. **Greenwashing and the Role of Auditors in Ensuring ESG Reporting Integrity**. Independent Researcher. Working Paper, April 13, 2025.

BEKMURZAEVA, R. Following ESG Principles as one of the Key Business Factors. In: **SHS Web of Conferences**. EDP Sciences, p. 05023, 2023.

BERTÃO, N. **Cerco ao greenwashing de fundos envolve regras e transparência**. Valor Econômico, São Paulo, 10 ago. 2022.

CAMPBELL, J. L. Why would corporations behave in socially responsible ways? An institutional theory of corporate social responsibility. **Academy of Management Review**, v. 32, n. 3, p. 946-967, 2007.

CHAMPAGNE, C.; COGGINS, F.; SODJAHIN, A. Can extra-financial ratings serve as an indicator of ESG risk?. **Global Finance Journal**, p. 100638, 2021.

CHENG, H.; FENG, Y. Can capital markets identify heterogeneous environmental investment strategies of firms? Evidence from China. **Environmental Science and Pollution Research**, v. 30, 2023.

CLARKSON, P. M. et al. Revisiting the relation between environmental performance and environmental disclosure: an empirical analysis. **Accounting, Organizations and Society**, v. 33, n. 4 e 5, p. 303-327, 2008.

CONNELLY, B. L. et al. Signaling theory: a review and assessment. **Journal of Management**, v. 37, n. 1, p. 39-67, 2010.

CUADRADO-BALLESTEROS, B.; MARTÍNEZ-FERRERO, J.; GARCÍA-SÁNCHEZ, I. M. Mitigating information asymmetry through sustainability assurance: the role of accountants and levels of assurance. **International Business Review**, v. 26, n. 6, 2017.

DE SILVA LOKUWADUGE, C. S.; DE SILVA, K. M. ESG risk disclosure and the risk of greenwashing. **Australasian Accounting, Business and Finance Journal**, v. 16, n. 1, p. 146-159, 2022.

DEL GIUDICE, A.; RIGAMONTI, S. Does audit improve the quality of ESG scores? Evidence from corporate misconduct. **Sustainability**, v. 12, n. 14, p. 5670, 2020.

GUEDE, F. Y. A.; BRASIL, C. M.; GARCÍA, E. A. R. Auditoria independente e divulgação Environmental, Social and Governance (ESG). **Revista Gestão em Análise**, v. 12, n. 3, p. 184-192, 2023.

HUANG, D. Z. Environmental, social and governance factors and assessing firm value: valuation, signalling and stakeholder perspectives. **Accounting & Finance**, v. 62, p. 1983-2010, 2021.

HUANG, R.; XIE, X.; ZHOU, H. 'Isomorphic' behavior of corporate greenwashing. **Chinese Journal of Population, Resources and Environment**, v. 20, n. 1, p. 29-39, 2022.

JENSEN, M. C.; MECKLING, W. H. Theory of the firm: managerial behavior, agency costs and ownership structure. **Journal of Financial Economics**, v. 3, n. 4, p. 305-360, 1976.

KLANN, R. C.; BEUREN, I. M. Características de empresas que influenciam o disclosure voluntário de indicadores de desempenho. **Brazilian Business Review**, v. 8, n. 2, p. 96-118, 2011.

LEE, J.; KIM, E. The influence of corporate environmental responsibility on overinvestment behavior: evidence from South Korea. **Sustainability**, v. 12, n. 5, p. 1901, 2020.

LI, Y. et al. The impact of environmental, social, and governance disclosure on firm value: The role of CEO power, **The British Accounting Review**, v. 50, n.1, p. 60-75, 2018.

LIU, M.; LUO, X.; LU, W. Public perceptions of environmental, social, and governance (ESG) based on social media data: Evidence from China. **Journal of Cleaner Production**, v. 387, 2023.

LOPES, A. B.; MARTINS, E. **Teoria da contabilidade: uma nova abordagem**. São Paulo: Atlas, 2017.

LUO, L.; TANG, Q. The real effects of ESG reporting and GRI standards on carbon mitigation: International evidence. **Business Strategy and the Environment**, 2022.

MARQUIS, C.; TOFFEL, M. W. When do firms greenwash? Corporate visibility, civil society scrutiny, and environmental disclosure. **Harvard Environmental Economics Program**, p. 12-43, 2012.

MARTINS, M.; CUNHA, M. F. da. A relação da divulgação das práticas ESG com o valor de mercado das empresas brasileiras de capital aberto. In: USP INTERNATIONAL CONFERENCE IN ACCOUNTING, 22., 2022. **Anais** [...]. São Paulo: USP, 2022.

MERKL-DAVIES, D. M.; BRENNAN, N. M. A conceptual framework of impression management: new insights from psychology, sociology and critical perspectives. **Accounting and Business Research**, v. 41, n. 5, p. 415-437, 2011.

MILLER, T. **Greenwashing Culture**. London: Routledge, 2018.

MOTA, A. F.; COELHO, A. C.; QUEIROZ, L. L. Teorias da Informação e Teoria da Contabilidade: contribuição para o tratamento da informação contábil. In: USP INTERNATIONAL CONFERENCE IN ACCOUNTING, 14., 2014. **Anais** [...]. São Paulo: USP, 2014.

PEIXOTO, N. O. **Fatores determinantes do greenwashing em companhias brasileiras**. 2024. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2024.

PENG, L. S.; ISA, M. Environmental, social and governance (ESG) practices and performance in Shariah firms: agency or stakeholder theory? **Asian Academy of Management Journal of Accounting & Finance**, v. 16, n. 1, 2020.

PIOT, C. Agency costs and audit quality: evidence from France. **European Accounting Review**, v. 10, n. 3, p. 461-499, 2001.

RÉGIO, B. de A.; ALENCAR, R. V. de; OLIVEIRA, M. C. A divulgação de práticas corporativas voltadas para a inclusão da população LGBTI. **Revista Direito GV**, v. 18, 2022.

RUIZ-BLANCO, S.; ROMERO, S.; FERNANDEZ-FEIJOO, B. Green, blue or black, but washing – What company characteristics determine greenwashing? **Environment, Development and Sustainability**, v. 24, 2022.

SILVA, B. S. da. et al. Ações Adotadas Pelas Empresas Da B3 Alinhadas Com Os 17 Objetivos De Desenvolvimento Sustentável (ODS): uma análise dos relatórios de sustentabilidade. **Revista Mineira de Contabilidade**, v. 22, n. 2, p. 37-50, 2021.

SOUSA, H. A.; FERREIRA, P. O.; MARIO, P. C. Teoria dos Stakeholders e Governança Corporativa: Uma Revisão Sistemática Sob as Contribuições Acadêmicas Desta Relação. In: USP INTERNATIONAL CONFERENCE IN ACCOUNTING, 22., 2022. **Anais** [...]. São Paulo: USP, 2022.

THE GLOBAL COMPACT. **Who Cares Wins: connecting financial markets to a changing world**. United Nations Department of Public Information, 2004.

TSANG, A.; FROST, T.; CAO, H. Environmental, Social, and Governance (ESG) Disclosure: A Literature Review. **The British Accounting Review**, p. 101149, 2022.

UYAR, A.; KARAMAN, A. S.; KILIC, M. Is corporate social responsibility reporting a tool of signaling or greenwashing? Evidence from the worldwide logistics sector. **Journal of Cleaner Production**, v. 253, 2020.

VENTURELLI, V. et al. Assessing the influence of ESG washing on bank reputational exposure: A cross-country analysis. **Business Ethics, the Environment & Responsibility**, 2024.

WATTS, R. L.; ZIMMERMAN, J. L. Agency problems, auditing, and the theory of the firm: some evidence. **The journal of law and Economics**, v. 26, n. 3, p. 613-633, 1983.

WATSON, A.; SHRIVES, P.; MARSTON, C. Voluntary Disclosure Of Accounting Ratios In The UK. **The British Accounting Review**, v. 34, n. 4, p. 289-313, 2002.

WONG, R.; MILLINGTON, A. Corporate social disclosures: a user perspective on assurance. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, 2014.

XIAO, X.; SHAILER, G. Stakeholders' perception of factor affecting the credibility of sustainability reports. **The British Accounting Review**, v. 54, 2022.

YU, E. P.; LUU, B. V.; CHEN, C. H. Greenwashing in environmental, social and governance disclosures. **Research in International Business and Finance**, v. 52, 2020.

ZHONG, X.; CHEN, W.; REN, G. The impact of corporate social irresponsibility on emerging-economy firms' long-term performance: An explanation based on signal theory. **Journal of Business Research**, v. 144, p. 345-357, 2022.